



DIÁRIO

da Assembleia da República

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 1985

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Fernando Montelro do Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto B. da Mota Torres

Rui de Sá e Cunha

José Manuel Mala Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos e da entrada da proposta de lei n.º 1/IV (Lei da Caça).

Em declaração política, o Sr. Deputado Raul Castro (MDP/CDE), a propósito dos recentes aumentos dos bens de consumo, criticou a política prosseguida pelo Governo.

O Sr. Deputado Armando Fernandes (PRD) trouxe à colação alguns dos mais prementes problemas sócio-culturais que afectam o distrito de Santarém.

O Sr. Deputado Manuel Monteiro (CDS) chamou a atenção da Câmara para a necessidade de adopção de uma nova política de juventude.

A Sr.^a Deputada Odete Santos (PCP) falou sobre a situação sócio-laboral dos trabalhadores do distrito de Setúbal, tendo, no fim, respondido a um protesto do Sr. Deputado Cardoso Ferreira (PSD).

O Sr. Deputado Arménio Matias (PSD) abordou a actual situação da rede ferroviária nacional e evidenciou a necessidade de um plano ferroviário. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Raul Castro (MDP/CDE).

O Sr. Deputado Armando Vara (PS) analisou as condições de acesso ao ensino e ao emprego que afectam a população jovem do Nordeste transmontano.

O Sr. Deputado António Feu (PRD) debruçou-se sobre os graves problemas que afectam a actividade piscatória da ria de Alvor, no que foi corroborado pela Sr.^a Deputada Margarida Tengarrinha (PCP). Respondeu ainda a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado António Esteves (PS).

Seguidamente, a Câmara aprovou um voto sobre o Dia Nacional do Deficiente, subscrito por todos os grupos e agrupamentos parlamentares. Produziram declaração de voto os Srs. Deputados Vidiagal Amaro (PCP), Jardim Ramos (PSD), Raul Castro (MDP/CDE), Magalhães Mota (PRD), Hordácio Marçal (CDS) e Carlos Lage (PS).

Ordem do dia. — Foram aprovados dois relatórios e pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados.

Procedeu-se às eleições de 5 membros do Conselho de Estado, de 5 membros da Comissão Nacional de Eleições e de 7 membros do Conselho Superior da Magistratura.

O Sr. Presidente declarou encerrada a sessão às 19 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
Amândio Anes de Azevedo.
Amândio Basto Oliveira.
António Branco Malveiro.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Barbosa de Azevedo.
António d'Orey Capucho.
António Machado Lourenço.
António Roleira Marinho.
Arlindo Moreira.
Arménio Jerónimo Martins Matias.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Aurora Margarida Borges de Carvalho.
Belarmino Henriques Correia.
Cândido Alberto Alencastre Pereira.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Cecília Pita Catarino.
Cipriano Rodrigues Martins.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos Duarte Lima.
Domingos Silva e Sousa.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Alves Figueiredo.
Fernando José Russo R. Correia Afonso.

Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando T. Matos Vasconcelos.
 Fernando Reis Condesso.
 Francisco Jardim Ramos.
 Francisco José P. Pinto de Balsemão.
 Francisco Mendes Costa.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Domingos Abreu Salgado.
 João Luís Malato Correia.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 Joaquim Carneiro de Barros Domingues.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim da Silva Martins.
 José de Almeida Cesário.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Assunção Marques.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Francisco Amaral.
 José Luís Bonifácio Ramos.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 José Maria Peixoto Coutinho.
 José Mendes Bota.
 José da Silva Domingos.
 José Vargas Bulcão.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Damásio Capoulas.
 Luís António Martins.
 Luís Costa Gerales.
 Luís Jorge Cabral Tavares Lima.
 Manuel Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Manuel de Oliveira Costa.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Vasco Silva Garcia.
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Agostinho de Jesus Domingues.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo José Somera Simões Barroso.
 Aloísio Fernando Macedo Fonseca.
 António de Almeida Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Frederico Vieira de Moura.
 António Gonçalves Janeiro.
 António Manuel Ferreira Vitorino.
 António Miguel de Morais Barreto.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães Silva.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 António Manuel de Oliveira Guterres.

Armando António Martins Vara.
 Armando dos Santos Lopes.
 Carlos Alberto Raposo Santana Maia.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel N. da Costa Candal.
 Carlos Montez Melancia.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Helena Torres Marques.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Sampaio.
 José Carlos Pinto B. da Mota Torres.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Torres Couto.
 José dos Santos Gonçalves Frazão.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Morais.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Agostinho Correia de Sousa.
 Alexandre Manuel da Fonseca Leite.
 Ana da Graça C. Gonçalves C. Antunes.
 Aníbal José da Costa Campos.
 António Alves Marques Júnior.
 António Eduardo A. de Sousa Pereira.
 António Fernando Rodrigues Costa.
 António José Fernandes.
 António José Marques Mendes.
 António Lopes Marques.
 António Magalhães de Barros Feu.
 Arménio Ramos de Carvalho.
 Carlos Alberto da S. Narciso Martins.
 Carlos Alberto Rodrigues Matias.
 Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa.
 Bártolo de Paiva Campos.
 Fernando Dias de Carvalho.
 Francisco Armando Fernandes.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Ivo Jorge de Almeida dos S. Pinho.
 João Barros Madeira.
 Joaquim Carmelo Lobo.
 Joaquim Jorge de Magalhães S. Mota.
 Jorge Pegado Liz.
 José Alberto Paiva Seabra Rosa.
 José Caeiro Passinhas.
 José Carlos Torres Matos de Vasconcelos.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José Luís Correia Azevedo.
 José Manuel de Medeiros Ferreira.
 Jaime Manuel Coutinho G. da Silva Ramos.
 José da Silva Lopes.
 José Rodrigo C. da Costa Carvalho.
 Maria Cristina G. da S. C. Albuquerque.
 Paulo Manuel Quintão Guedes de Campos.
 Roberto de Sousa Rocha Amaral.
 Rui de Sá e Cunha.

Tiago Gameiro Rodrigues Bastos.
Vasco Pinto da Silva Marques.
Vitorino da Silva Costa.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
Ângelo Matos Mendes Veloso.
António Anselmo Anibal.
António Dias Lourenço da Silva.
António da Silva Mota.
António Manuel da Silva Osório.
António Vidigal Amaro.
Belchior Alves Pereira.
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Carlos Alfredo de Brito.
Carlos Campos Rodrigues Costa.
Carlos Manafaia.
Cláudio José Santos Percheiro.
Custódio Jacinto Gingão.
Domingos Abrantes Ferreira.
Francisco Miguel Duarte.
Jerónimo Carvalho de Sousa.
João António Gonçalves do Amaral.
João Carlos Abrantes.
Joaquim António Miranda da Silva.
Joaquim Gomes dos Santos.
Jorge Manuel Abreu de Lemos.
Jorge Manuel Lampreia Patrício.
José Manuel Antunes Mendes.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
José Manuel dos Santos Magalhães.
José Rodrigues Vitoriano.
Manuel Rogério de Sousa Brito.
Maria Margarida C. Tengarrinha C. Costa.
Maria Odete dos Santos.
Octávio Augusto Teixeira.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
António José Borges de Carvalho.
António José Tomás Gomes de Pinho.
Francisco António Lucas Pires.
Francisco António Oliveira Teixeira.
Henrique Manuel Soares Cruz.
Hernâni Torres Moutinho.
Horácio Alves Marçal.
João Gomes de Abreu de Lima.
João da Silva Mendes Morgado.
José H. Meireles de Barros.
José Luís Cruz Vilaça.
José Luís Nogueira de Brito.
José Maria Andrade Pereira.
José Miguel Nunes Anacoreta Correia.
Luís Filipe Paes Beiroco.
Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
Manuel Fernando Silva Monteiro.
Manuel Tomás Rodrigues Queirós.
Narana Sinai Coissoró.
Rui Manuel Correia de Seabra.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
José Manuel do Carmo M. Tengarrinha.
Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Deputados independentes:

António Poppe Lopes Cardoso (UEDS).
Gonçalo Pereira Ribeiro Teles (PPM).
Maria Amélia do Carmo Mota Santos (Os Verdes).

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Secretário vai proceder ao anúncio dos documentos que entraram na Mesa.

O Sr. **Secretário** (Reinaldo Gomes): — Foram apresentados na Mesa nas últimas reuniões plenárias os requerimentos seguintes:

Dia 5 de Dezembro de 1985, à Secretaria de Estado do Ensino Superior e ao Ministério da Educação e Cultura (2), formulados pelo Sr. Deputado Rogério Moreira; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, formulado pelo Sr. Deputado Cláudio Percheiro; ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, formulado pela Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Álvaro Brasileiro; ao Governo e à Câmara Municipal de Castelo Branco (4), formulados pelo Sr. Deputado Fernando Dias de Carvalho; ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado António Mota; a diversos ministérios (6), formulados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota; a diversos ministérios (9), formulados pela Sr.^a Deputada Maria Santos; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado António Sousa Pereira; à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, formulado pelos Srs. Deputados José Tengarrinha e Corregedor da Fonseca, respectivamente; ao Ministério da Saúde, formulado pelos Srs. Deputados João Morgado e Rui Vieira; a diversos ministérios (7), formulados pelos Srs. Deputados Jorge Lacão e José Frazão; ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, formulado pelos Srs. Deputados Maia Nunes de Almeida e António Mota; ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos;

Dia 6 de Dezembro de 1985, ao Ministério da Educação e Cultura, formulado pelo Sr. Deputado José Cesário; ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; ao Ministério da Saúde, formulado pelas Sr.^{as} Deputadas Ilda Figueiredo e Maria Odete Santos; ao Ministério da Indústria e Comércio, formulado pelos Srs. Deputados Maria Odete Santos e outros; ao Ministério da Educação e Cultura (3), formulados pelos Srs. Deputados Carlos Brito e Margarida Tengarrinha; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos; ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados Margarida Ten-

garrinha e Raul Castro, respectivamente; ao Ministério do Plano e Administração do Território, formulado pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Governo mandou entregar na Mesa a proposta de lei n.º 1/IV, Lei da Caça, que foi admitida e baixou à 9.ª Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. **Raul Castro** (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pouco mais de 2 meses decorridos sobre as eleições legislativas de 6 de Outubro, foram desaparecendo os tons cor-de-rosa dos discursos e das promessas eleitorais do PSD e do seu líder, actual Primeiro-Ministro. Das promessas à realidade vai a distância do cor-de-rosa para o negro. Tendo prometido travar o aumento do custo de vida, o governo Cavaco Silva aumenta tudo, desde o pão e o leite até à gasolina, não obstante a descida do preço do petróleo e do dólar em relação ao escudo. E tais aumentos são postos em prática não só com o maior secretismo, e sem qualquer diálogo com a oposição, mas ainda na óptica de que «quanto mais cedo melhor», como referiam os apaniguados do Governo. «Quanto mais cedo, melhor», porquê? Porque se trata de uma verdadeira mistificação, que se destina a imputar a 1985 uma mais alta taxa de inflação, para se poder apresentar o ano de 1986 com uma inflação menor do que a do ano anterior, e assim valorizar, artificial e fraudulentamente, a política económica deste Governo, que não seria responsável pelos resultados de 1985, embora tenha, clara e indiscutivelmente, contribuído para isso! Não há, de resto, comentador económico que não compreenda e denuncie os contornos mistificadores desta operação falaciosa.

Mas o Governo conta com duas coisas: por um lado, que a generalidade das pessoas não se aperceba desta operação de mistificação e, por outro lado, vai pondo em prática medidas de anestesia, para tentar manter a sua imagem de salvador, aumentando pensões sociais ou o abono de família.

Esquece-se, porém, o Governo de que, ainda que os seus passes de prestidigitação não sejam entendidos por todos, todos sentem os aumentos dos preços e todos sabem que foi o governo Cavaco Silva que os pôs em prática.

E, quanto às medidas de anestesia, também todos sabem que 1000\$ de abono de família não dão sequer para pagar meio litro de leite por dia, e que, se o abono de família, em 1974, no tempo do Primeiro-Ministro general Vasco Gonçalves, do «gonçalvismo» — calcule-se! —, representava 54,8% das despesas de alimentação de uma criança de 1 ano de idade, hoje, no tempo do governo Cavaco Silva, no tempo do «cavaquismo» — calcule-se! —, representa apenas 17%, ou seja, diminuiu para menos de uma terça parte!

Mas em todos os domínios vão caindo os véus angelicais com que o Governo cobriu a sua política.

Em matéria de salários em atraso, outra das promessas eleitorais do líder do PSD, afinal o Governo só pensa pôr em prática medidas para atenuarem a situação, em vez de a resolverem, e que são, como justamente as classificou a CGTP, «meio caminho andado para o desemprego»; as medidas de fundo, o Governo

deixa-as para a Assembleia da República. São afinal outras medidas de anestesia, para os períodos eleitorais próximos. E, não obstante, há cerca de 110 000 trabalhadores com salários em atraso, em cerca de 750 empresas, fenómeno, aliás, único nos países da CEE!

Quanto à Reforma Agrária, o mesmo ministro do anterior governo, Álvaro Barreto, prossegue a mesma política de não cumprimento de 310 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, de tal modo que já um tribunal comum, o Tribunal de Montemor-o-Novo, mandou notificar os serviços do Ministério da Agricultura e a GNR, para esclarecerem porque não cumprem o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, em relação à UCP Herdade Lage de Cima, situação que só não espanta o Governo!

Por outro lado, foi divulgado que, na reunião de 5 do corrente, o Governo decidiu apresentar à Assembleia da República um pedido de autorização legislativa sobre «a cessação do contrato individual de trabalho», ou seja, a liberalização dos despedimentos: Liberalização dos despedimentos que o Governo, ainda por cima, apresenta — oh espanto dos espantos! — como sendo para beneficiar os trabalhadores! Porque, afinal, toda esta política do Governo, desde o aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade até aos despedimentos, tudo isto seria, afinal, como dizia o outro — «a pensar no bem da gente»! E até se admite, se vingasse tal liberalização dos despedimentos, que uma grande manifestação de milhares de trabalhadores despedidos fosse a São Bento, não para protestar mas para agradecer ao Primeiro-Ministro ter tornado possível que fossem despedidos e perdessem os seus postos de trabalho!...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A denúncia da política deste Governo pressupõe uma alternativa. Pressupõe que não é com esta política, mas com outra, que será possível fazer face à crítica situação económica, financeira, social e de dependência externa, em que o nosso país foi lançado. O MDP/CDE tem claramente assumido a necessidade de uma nova política, de viragem democrática, baseada no desenvolvimento económico assente na harmonização dos sectores público, privado e cooperativo, no aproveitamento das potencialidades do País, nos seus aspectos humanos, naturais e produtivos; no combate à corrupção, à irresponsabilidade e à incompetência; na defesa da independência nacional e da nossa autonomia de decisão; no retorno pleno aos ideais democráticos e de justiça social da Revolução de Abril.

O Sr. **João Corregedor da Fonseca** (MDP/CDE): — Muito bem!

O **Orador**: — Tal nova política contaria com o empenho das camadas laboriosas, sem o qual não há política nem governo capazes de enfrentar a crise em que o País se afunda.

E só será possível com a convergência de todas as forças e personalidades democráticas, fiéis a Abril e à Constituição.

O MDP/CDE quando diz não a este Governo e a esta política tem a consciência, certa e segura, que, a mais ou menos breve prazo, todos os democratas unirão os seus esforços para pôr em prática uma nova política, que represente um novo rumo para o nosso país, no caminho de Abril.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Fernandes.

O Sr. Armando Fernandes (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 1843, um romântico multifacetado escrevia:

Eram as últimas horas do dia quando chegámos ao princípio da calçada que leva ao alto de Santarém. A pouca frequência de povo, as hortas e pomares mal cultivados, as casas de campo arruinadas, tudo indicava as vizinhanças de uma grande povoação descaída e desamparada.

E mais adiante:

Santarém é um livro de pedra em que a mais interessante e mais poética parte das nossas crónicas está escrita. Rico de iluminuras, de recortados, de florões, de imagens, de arabescos e arrendados primorosos, o livro era o mais belo e o mais precioso de Portugal. Encadernado em esmalte de verde e prata pelo Tejo e por suas ribeiras, fechado a broches de bronze por suas fortes muralhas góticas, o magnífico livro devia durar sempre enquanto a mão do Criador se não estendesse para apagar as memórias da criatura.

Mas esta Nínive não foi destruída, esta Pompeia não foi submergida por nenhuma catástrofe grandiosa. O povo de cuja história ela é o livro ainda existe; mas esse povo caiu em infância, deram-lhe o livro para brincar, rasgou-o, mutilou-o, arrancou-lhe folha a folha, e fez papagaios e bonecas, fez carapuços com elas.

Não se descreve, por outro modo, o que esta gente chamada governo, chamada administração, está fazendo e deixando fazer há mais de século em Santarém.

Estas impressões sobre Santarém, escritas há século e meio, quase se podem aplicar na íntegra à Santarém de hoje.

Com efeito, Santarém caminha, ou melhor dito, está a caminhar rapidamente para um definhamento a todos os níveis, trazendo consigo a descaracterização acelerada da chamada «capital gótica».

Os motivos de tal situação são muitos, mas contento-me a enunciar alguns. Assim:

Onde estão as vias de comunicação Lisboa-Santarém capazes de evitar a marcha pachorrenta do trânsito entre a Cruz do Campo e Santarém?

Onde está o desenvolvimento industrial que permita a fixação da população, impedindo a transformação da cidade num dormitório de Lisboa?

Onde está a política de regionalização, capaz de ter em conta a força motora que são a população e os recursos locais?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os pontos acima focados, em termos de grandes linhas de força, não impedem a formulação de algumas perguntas à administração central e local sobre a vida da cidade. Ei-las:

Gostávamos de saber como vai ser a recuperação patrimonial de Santarém;

Gostávamos de saber se a administração local vai continuar a ignorar os pareceres da Associação de Defesa do Património, sempre que isso não lhe interessa;

Gostávamos de saber quando vão terminar as obras de restauro do Convento de S. Francisco e qual vai ser a sua função;

Gostávamos de saber quando é que o Arquivo Distrital e a Biblioteca Municipal vão funcionar em pleno;

Gostávamos de saber quando passam a existir museus dignos desse nome em Santarém, pois não é a exposição de peças a esmo, sem critério ou classificação, ou a existência de salas para conferências e exposição, suficiente para se poder dizer que existem museus;

Gostávamos de saber qual vai ser a posição da Secretaria de Estado da Cultura acerca do Museu de Arte Sacra.

Se no campo da recuperação patrimonial estamos mal, no educacional coloca-se, hoje, a questão de saber qual vai ser a política do Ministério da Educação e Cultura no respeitante à completa integração do Instituto Politécnico na cidade e na região. É aproveitamento para lembrar a necessidade de serem criados mais cursos, cursos virados para a realidade local, cursos capazes de fixarem na região quadros, intelectuais, professores e fundamentalmente os jovens, pois, como todos sabem, as faculdades estão superlotadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Santarém perde de dia para dia atractivos. Aos domingos a cidade morre, os cafés estão encerrados, as actividades culturais escasseiam, o turista que demande Santarém num dia desses tem apenas ao seu dispor a paisagem soberba que se desfruta das Portas do Sol.

A cidade perde influência na região. O Centro Regional e Cultural Escalabitano vive com enormes dificuldades e os apoios são poucos e parcos.

Decididamente, a cultura não goza das boas graças dos órgãos da administração local e central. Até quando?

A cidade só é vista e falada aquando da realização da Feira Nacional de Agricultura e da Semana de Gastronomia, o que é muito pouco. Santarém merece mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muitos dos problemas agora aflorados eram passíveis de solução correcta e eficaz caso existisse um plano director municipal. Ao que sabemos, em 1970 o arquitecto Tomás Taveira apresentou um projecto de plano director municipal, que, posteriormente, foi retomado por outro arquitecto.

De concreto, nada se sabe. Para quando uma discussão pública sobre tão momentoso problema? Responda quem souber! Pela minha parte, tenciono, em breve, voltar a abordar o assunto.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Câmara, natural é que o faça sem brilho, não suscitando pois a vossa plena atenção.

É, no entanto, uma intervenção que não se dirige a comentários elogiadores daqueles que quase 12 anos após o 25 de Abril de 1974, se têm perdido única e

exclusivamente em profissões de fé, no princípio de dar à juventude portuguesa horizontes de futuro, que a motivem para uma participação cívica e para uma confiança política. É um ritual que vai perdendo sentido à medida que se vai comprovando que não passa de um enunciado meramente teórico e retórico, com o fito único de arregimentar votos.

Sempre os políticos, em uma ou outra altura, se têm dirigido aos jovens para os cativar para os seus ideais, não hesitando mesmo em falar em seu nome para melhor legitimar representatividades, reivindicar apoios na sociedade viva e activa, para afirmar vanguardas.

Curioso é realçar que o imenso caudal das declarações de intenções nunca chegou alguma vez a ter correspondência prática pelos actos e nas realizações concretas com interesse e sacrifícios efectivamente votados à compreensão e satisfatória resolução dos problemas que aos jovens afectam da maneira mais evidente.

Umas vezes, reconheçamo-lo, porque os vários factores condicionantes do poder político e do poder executivo não o permitiram ou o dificultaram irreversivelmente. O exercício das funções de Governo, na sociedade contemporânea, tem vindo a transformar-se num complexo jogo de pressões e contra pressões. De tal modo, que governar é muitas vezes uma gestão de pressões contraditórias, mais do que a aplicação de um projecto coerente preconcebido. Outras vezes porque o carácter transitório, explícito ou implícito, desse mesmo poder apenas aconselha a meros arranjos e a demagógicos remendos, que não raro pioram e porque adiam, ao contrário de melhorar, o antigo estado de coisas, tornado quase que eterno pela inconsciência política. Aí se obriga, realmente, o instinto de sobrevivência política de quem, ocasionalmente, se vê investido de funções governativas, quantas vezes sem sabermos como nem porquê.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Outras vezes, ainda, por os responsáveis das áreas executivas, mais directamente relacionadas com os problemas da juventude, serem manifestamente incompetentes ou tentarem, por via dessa sensível e privilegiada área que é de facto a juventude, a aplicação de projectos políticos, que ou não se adequam minimamente às realidades ou as procuram moldar à força tentando decalcar modelos estranhos ao corpo social português, à sua mentalidade, tradições e valores fundamentais.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Urge que se introduza no plano do poder deliberativo e executivo uma política global de juventude, donde até agora, em nossa opinião, tem estado completamente arredada. O que é demonstrado, pelos arranjos sistemáticos, pelos remendos tradicionais como método de suprir deficiências estruturais e que de há muito afectam o nosso sistema social, em geral, e o sistema juvenil, em particular.

Acresce que, para a juventude, que se vê confrontada na sociedade contemporânea que herdará com problemas difíceis de resolver e que a atingem e tocam profundamente, a política, no que tem de mais nobre e perene, não se resume às negociações de bastidores, aos arranjos pessoais nas estruturas partidárias, às lutas

estéreis apenas fundamentadas e justificadas aos olhos da opinião pública em função de pessoas e não de projectos, ideais, missões, acções.

É à juventude portuguesa que compete continuar Portugal.

Por isso e para isso ter-lhe-ão de ser criadas apropriadas condições de desenvolvimento da sua criatividade, da sua imaginação, da sua força humana, da sua vontade de vencer, dos seus propósitos de participar num Portugal novo.

A viabilidade do actual regime nos anos futuros dependerá, não tenhamos dúvidas, do grau de satisfação que for capaz de dar às legítimas aspirações dos jovens, do grau de resolução que for capaz de dar aos seus problemas; da amplitude dos horizontes de realização individual e colectiva que lhe vier a oferecer.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Estamos no fim do Ano Internacional da Juventude (AIJ).

Sempre foi convicção da Juventude Centrista que as únicas comemorações adequadas do AIJ no nosso país só poderiam consistir na melhoria das condições de vida dos jovens.

Não surgiu, no entanto, um projecto clarificado, aprofundado e desenvolvido que reflectisse a necessidade imperiosa de melhorar substancialmente o estatuto social dos jovens, a todos os níveis, da escola ao trabalho, dos tempos livres à qualidade de vida, da família à defesa nacional.

Tal projecto, para além de ter a ver com opções do País e de todos os portugueses, respeita, ou deve respeitar, a prioridade de todos nós.

Portugal precisa de mais liberdade, de mais desenvolvimento, de mais futuro.

Sabemos nós, jovens, como temos o amanhã empenhado na dívida e no desenvolvimento adiado.

Por isso, temos uma palavra importante a dizer: nossa é a esperança e a aposta de que Portugal é possível.

O caminho é árduo. O desafio, esse, é aliciante.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação social que se vive no distrito de Setúbal tem sido trazida algumas vezes à Assembleia da República.

Não porque seja um caso único e isolado em todo o País.

Bem pelo contrário, todos os dados divulgados, mesmo por organismos oficiais, revelam que os dramas vividos naquele distrito existem por toda a parte, demonstrando que o desemprego, os salários em atraso, enfim, a fome e a miséria são um problema nacional.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística — e só para dar alguns exemplos — o distrito de Braga em Agosto de 1985 tinha 100 empresas na situação de atraso no pagamento de salários a 12 000 trabalhadores!

No distrito do Porto eram 20 918 os trabalhadores de 125 empresas atacados por aquele flagelo.

E nem escaparam os trabalhadores dos distritos de Vila Real, Guarda e Viseu!

Assim, o distrito de Setúbal não é uma ilha nas águas turvas em que têm manobrado os governos PS, PSD e CDS.

Mas será talvez um caso exemplar. Um exemplo dos resultados de uma política contra o investimento, uma política de ruína, de uma política de desastre nacional, enfim, de uma política antipatriótica!

Neste momento, no distrito de Setúbal estão cerca de 14 000 trabalhadores com salários em atraso.

Quase 45 000 estão desempregados e destes apenas 10% recebem subsídio de desemprego.

Encerraram, nos últimos 3 anos, 85 empresas. No mesmo período, em 27 empresas, 8419 trabalhadores foram vítimas de despedimentos colectivos e selectivos ou obrigados a aceitar reformas antecipadas ou ainda coagidos a rescisões por mútuo acordo, para usar de uma estranha terminologia, desconhecida do direito laboral mas que os últimos governos fizeram introduzir em diversos diplomas e despachos.

Em 3 anos de governação de má memória os governos destruíram no distrito de Setúbal mais de 13 000 postos de trabalho.

De facto, este distrito é um caso exemplar.

Uma a uma, vão caindo as várias indústrias, arrasando na sua queda os trabalhadores e suas famílias.

No meio de entoadas loas à adesão à CEE surge-nos, por exemplo, a voz dos trabalhadores das indústrias de frio doméstico (Entrepósito Industrial e FRI-SADO), secundados, aliás, pelas próprias administrações das empresas.

A liberalização das importações de artigos produzidos por estas empresas acarretou já a sua quase total paralisação.

A continuação desta política irá redundar no seu encerramento, na fome de mais uns milhares de pessoas.

Já nessa situação se encontram os trabalhadores das empresas da indústria de montagem de automóveis, umas encerradas, outras ameaçando reduzir o número de trabalhadores.

Está, neste último caso, a Renault, aquela que prometia ser um sopro de vida para a montagem de automóveis e que, declaradamente, vem agora anunciar trabalhadores excedentários, pretendendo incentivar a rescisão de contratos, restringir regalias sociais, nomeadamente quanto ao complemento de reforma, pretendendo ainda elevar os ritmos de produtividade a níveis incompatíveis, praticando simultaneamente uma política salarial selectiva.

O Sr. António Mota (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — O projecto Renault, desacompanhado das medidas necessárias ao desenvolvimento da indústria de montagem de automóveis, foi, de facto, um sopro de morte lenta.

E que dizer ainda das indústrias de reparação naval, onde se destacam os casos da Parry e da SRN?

Os 590 trabalhadores da Parry (uma empresa em que o Estado detém cerca de 48% das acções) têm 10 meses e meio de salários em atraso!

Mesmo ao lado desta vivem os trabalhadores da LIS-NAVE o seu drama: o drama de terem 12 meses de salários em atraso. O drama de terem sido atingidos por um despedimento colectivo sancionado pelo ex-Secretário de Estado do Emprego, o drama de se ve-

rem obrigados depois a trabalhar para empreiteiros a quem a empresa dá o trabalho que nega aos seus próprios trabalhadores.

Não poderemos ainda esquecer que, num distrito em que um terço do total da área cultivada é abrangido pela Reforma Agrária, a destruição das UCP/Cooperativas tem sido a causa principal do desaproveitamento das capacidades produtivas do sector agrícola, também afectado pela falta de apoio aos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A luta dos trabalhadores do distrito tem impedido uma maior sangria.

O anterior governo viu-se obrigado a anunciar um plano de emergência, o qual não passou, no entanto, de uma promessa demagógica. Desapareceu. Esfumou-se.

O distrito de Setúbal parece, aliás, ter sido alvo preferenciado da política de direita.

Mas se isto é um escândalo, escândalo maior é ouvirmos certas forças políticas, em véspera de eleições autárquicas, acusarem as autarquias APU do distrito de Setúbal da situação social que ali se vive.

Eles, PS, PSD e CDS, fizeram o mal e fazem agora a caramunha!

De facto, Srs. Deputados, que responsabilidade se pode assacar às câmaras municipais no desmantelamento das capacidades produtivas do distrito, orientado, como é evidente, pelo poder central?

A imoralidade daquele argumento leva mesmo aqueles que o usam a omitir que na desertificação do País, iniciada em 1976, o distrito de Setúbal está afinal em quarto lugar no que toca ao número de trabalhadores com salários em atraso, em quinto quanto ao volume da dívida aos trabalhadores e em terceiro quanto ao número de desempregados.

Por isso, começámos por dizer que o distrito de Setúbal não era uma ilha.

Ilha será, mas mesmo aí acompanhado por todas as outras autarquias de gestão APU, no que se refere à satisfação das necessidades das populações.

É por isso mesmo que são incómodos os números oficiais relativos à população com acesso a infra-estruturas básicas.

Diz-nos a Direcção-Geral de Saúde que o distrito de Setúbal se encontra em primeiro lugar quanto à rede de abastecimento de água e em segundo lugar quanto à rede de esgotos e recolha de lixo. Por obra da gestão APU das autarquias.

O distrito de Setúbal será ainda uma ilha na satisfação de outras necessidades, nomeadamente no que concerne à protecção, à infância e à terceira idade, ao ensino, à cultura e ao desporto, colmatando, em muitos casos, a inércia do poder central. Por obra da gestão APU das autarquias do distrito. Que apesar de esbulhadas de verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro, tiveram fôlego para tanto fazer, situando-se, mesmo assim, quanto à situação financeira, em posição mais folgada do que câmaras como as de Faro, Guarda, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Coimbra, Santarém e Braga (e são dados da Caixa Geral de Depósitos!).

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os trabalhadores, a população do distrito de Setúbal, conhecem os responsáveis pela situação que ali se vive. E sabem também que há quem pretenda transformar as autarquias num braço atento, venerador e obrigado do Governo, numa continuação dos governadores civis.

E sabem, porque é a lição da vida, que, afinal, para impedir uma situação ainda mais grave valeu e vale a pena lutar.

Uma luta feita de diálogo, mas também de reivindicações.

Uma luta apontada ao futuro.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

O Sr. **Cardoso Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: São perfeitamente compreensíveis as dificuldades que a APU sente neste momento no distrito de Setúbal, nomeadamente devido às eleições que se avizinham e às dificuldades que se sentem no próprio seio da coligação — como é público e vem nos jornais, o próprio MDP/CDE demarcou-se da coligação por não haver o pluralismo necessário.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Olhe que não, olhe que não!

O **Orador**: — Assim, é perfeitamente natural a rejeição que se começa a sentir na população, a indignação perante anos e anos de dominação, pela APU, das autarquias locais do distrito de Setúbal — que a Sr.^a Deputada Odete Santos pretende hoje vir aqui fazer esquecer, como que lavando as mãos e dizendo: «Realmente, se o distrito está naquele estado não somos nós que temos a culpa, apesar de termos a maioria absoluta nas 13 câmaras do distrito. É o Governo que tem a culpa disso tudo.»

Vozes do PCP: — Ai é, é!

O **Orador**: — Não é verdade, Sr.^a Deputada. A culpa é do Partido Comunista. E é bem claro que a maioria absoluta que detém nas câmaras não tem contribuído para resolver os problemas das populações. E os números que a Sr.^a Deputada aqui citou não podem esconder todo um trabalho político que tem cercado às populações o desenvolvimento a que têm direito. Não tem havido diálogo com o Governo, mesmo quando este o procura, e são as próprias autarquias que o inviabilizam!

Os investimentos são dificultados no distrito e a política é toda orientada de forma a ser mantido um ambiente de descontentamento, de carências, porque só assim o Partido Comunista conseguirá manter elevados níveis de popularidade eleitoral.

O Sr. **António Capucho** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — É contra isso que nós lutamos, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a Deputada disse que o distrito de Setúbal é ainda uma ilha. De facto, o Partido Comunista tem insistido em isolá-lo do resto do País, mas nestas eleições nós não o vamos permitir e não-de aparecer, sim, algumas ilhas de democracia num distrito que os senhores têm corporativamente escravizado.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O seu diálogo é com a polícia de choque, contra os trabalhadores:

O **Orador**: — Dia 16 conversamos!

O Sr. **Presidente**: — Para um contraprotesto, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Sr. Deputado Cardoso Ferreira, também para mim não é estranho que V. Ex.^a tenha vindo aqui tentar defender uma posição que é indefensável.

V. Ex.^a não rebateu os números que eu trouxe aqui e que são da Direcção-Geral de Saúde, do Instituto Nacional de Estatística, da Caixa Geral de Depósitos, entre outros organismos. E isso é já uma coisa que bem demonstra que V. Ex.^a só disse palavras mas não as radicou em nada seguro, em nada concreto, como os dados que ali apresentei, dados que bem revelam que em distritos onde não há agitação social também há salários em atraso...

O Sr. **Cardoso Ferreira** (PSD): — Quais?

A **Oradora**: — ... e, em muitos casos, em número superior aos do distrito de Setúbal.

V. Ex.^a tocou no problema do MDP/CDE, que é exclusivamente deste, mas remeto-o para a leitura do comunicado distrital do mesmo partido. V. Ex.^a confundiu o concelhio com o distrital e aí encontrará a resposta.

Mas, Sr. Deputado, vir aqui querer dizer que se a indústria de montagem de automóveis fechou, isto é, está na ruína, é por causa das câmaras APU, que o facto de se liberalizarem importações de arcas frigoríficas e de frigoríficos, o que vai trazer o encerramento da Entrepósito e da FRI-SADO, é culpa das autarquias APU do distrito, que se os trabalhadores da indústria de reparação naval estão com salários em atraso, quando o Estado é maioritário — tem 48% das acções na Parry —, são as câmaras APU que provocam isso, V. Ex.^a ao querer dizer isso cai, de facto, no ridículo.

V. Ex.^a usa este processo, fazendo «o mal e a caramunha», e isso é um argumento imoral. Imoral porque V. Ex.^a sabe perfeitamente que foi o PSD, juntamente com o PS, quando estava no governo, o culpado de toda esta situação.

V. Ex.^a sabe também que as autarquias APU do distrito resolveram problemas que era ao poder central que incumbia resolver, como sejam, alguns problemas da habitação.

O Sr. **Cardoso Ferreira** (PSD): — Isso é que a preocupa!

A **Oradora**: — Sr. Deputado Cardoso Ferreira, vá ver o número de infra-estruturas e o que a Câmara de Setúbal investiu nas infra-estruturas de cooperativas, bem como de associações de moradores. V. Ex.^a vá comparar isso com os investimentos feitos pelo poder central no distrito de Setúbal, pois terá de dar a mão à palmatória e chegar à conclusão de que quem está em dificuldades é o PSD, mas, de facto, também o PS, porque não há motivos que conformem os trabalhadores deste último partido — e há alguns que votaram enganadamente — em verem lado a lado as bandeiras do PS e do PSD, como o fizeram no anterior governo.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Arménio Matias.

O Sr. **Arménio Matias** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação do caminho de ferro em Portugal deve suscitar a atenção da nossa classe política, qualquer que seja a opção partidária, esteja no governo ou na oposição.

O País possui uma rede ferroviária em grande parte desadaptada da realidade sócio-económica do Portugal dos nossos dias, impossibilitada de ser a estrutura fundamental, alicerce do nosso desenvolvimento.

O Sr. **Lacerda de Queiroz** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — O caminho de ferro português não está à altura do presente nem está preparado para o futuro.

O fosso que nos separa das redes ferroviárias europeias é tão grande que ultrapassa em muito o atraso económico de Portugal em relação aos respectivos países.

Portugal tem uma rede ferroviária que foi concebida e construída, na sua maior parte, no século passado. É uma rede que corresponde ao país económico, social e político desse tempo.

Vale a pena visioná-lo para entendermos a que realidade deu resposta cada linha férrea que, cortando vales, rasgando montes, galgando rios, perfurando montanhas, encurtou distâncias, aproximou populações, abriu horizontes de progresso e cimentou a unidade da Nação.

O caminho de ferro veio revolucionar um precário sistema de transportes feito pelo mar ao longo da costa, feito sobre o leito de alguns dos nossos rios e, principalmente, feito em morosas e incómodas diligências puxadas a cavalos que calcorreavam íngremes e sinuosos caminhos entre os principais aglomerados populacionais.

Imaginarão, Srs. Deputados, como era longa e penosa uma viagem de diligência entre Lisboa e Coimbra ou Viseu ou Vila Real?

Foi nesse contexto sócio-económico que o caminho de ferro nasceu apoiando-se nas possibilidades técnicas da engenharia dessa época.

É-me grato aqui recordar que os reis de Portugal e as principais figuras políticas desse tempo emprestaram o melhor do seu esforço à implantação dos nossos caminhos de ferro, conseguindo que Portugal acompanhasse neste domínio os mais avançados países da Europa. Para mal do País e das suas populações não foi essa a opção feita nas últimas décadas.

O último plano oficial de expansão do caminho de ferro tem mais de meio século. Foram bem poucos os empreendimentos dignos de menção lançados nas últimas décadas: reconversão da tracção a vapor em tracção *diesel* iniciada na década de 40; electrificação das linhas de Sintra e do Norte efectuadas na década de 50; renovação da Linha do Norte realizada no início da década de 70; construção do troço Poceirão-Pinheiro, entre a Linha do Sul e a Linha do Sado, em 1980; lançamento da ponte ferroviária sobre o Douro já na presente década.

O caminho de ferro português foi ficando crescentemente desfasado do país real. Ao contrário, por todo o mundo e em especial nos países mais prósperos, como o Japão ou a França, construíam-se novas linhas de altas velocidades e apostava-se na modernização do transporte ferroviário.

Muitas vezes me interrogo sobre as razões que determinaram o possuímos o caminho de ferro mais marginalizado pelo poder político de toda a Europa Ocidental!

Bem diverso de Portugal tem sido o rumo seguido pela Espanha nos últimos anos: em 1980, por proposta do governo de Adolfo Suarez, as Cortes Espanholas aprovaram um plano de expansão do caminho de ferro que previa um investimento anual de 100 milhões de milhares de pesetas; em 1984, sem quebra do plano de desenvolvimento, o governo do PSOE aprovou um contrato-programa que prevê o encerramento de cerca de um quarto da rede espanhola. Recentemente, a Espanha decidiu que o primeiro e volumoso investimento no seu território, feito com o apoio do FEDER, incidisse sobre a construção de uma nova linha férrea.

Portugal precisa de dar outro futuro ao seu caminho de ferro. Ele tem uma missão fundamental a cumprir. Ajudem-no a assumir os serviços que são da sua vocação. Proporcionem-lhe as infra-estruturas modernas e os meios como fizeram os responsáveis políticos de outros países.

É preciso definir a configuração física da rede ferroviária portuguesa no ano 2000.

É preciso definir as principais modernizações a introduzir.

Há linhas férreas a desenvolver. Há linhas a conservar. Há linhas a encerrar. Há novas linhas a construir.

O plano correspondente, definido do caminho de ferro do futuro, deve, em minha opinião, ser objecto de aprovação por esta Assembleia, para que constitua uma opção da Nação com a força e a estabilidade que tal decisão confere.

Confio em que o Sr. Primeiro-Ministro, com o sentido profundo do interesse nacional que o caracteriza, saberá empenhar-se na preparação do futuro do caminho de ferro.

Confio em que o Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações, em quem se reconhece elevada competência e rigor, fonte consensual de esperança entre os ferroviários, saberá romper com o ostracismo do presente.

Confio em que os Srs. Deputados, lídimos representantes das populações, saberão defender o caminho de ferro que sirva o nosso país e as suas regiões. Algumas medidas carecem de decisão urgente.

O Comité de Transportes Interiores da Comissão Económica para a Europa da ONU, a Comissão n.º 1 da União Internacional de Caminhos de Ferro e a Comissão de Transportes da CEE têm estado a estabelecer uma rede ferroviária europeia de grande velocidade.

Nesses estudos tem sido privilegiada a ligação Lisboa-Madrid em detrimento da ligação Portugal-França.

Os interesses de Portugal, políticos, económicos e geo-estratégicos, exigem que os dois itinerários sejam simultaneamente contemplados.

Importa construir uma nova linha férrea ligando Lisboa a Badajoz, para que em conjugação com a projectada radial Madrid-Badajoz seja possível efectuar o percurso Lisboa-Madrid em cerca de 4 horas.

O Sr. **Lacerda de Queiroz** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas importa igualmente que a ligação ferroviária com a França sofra idêntica modernização. É preciso melhorar as linhas da Beira Alta e do Douro.

É preciso construir uma estrela de três novas linhas férreas com o vértice no distrito da Guarda, ligando três dos mais importantes pólos geradores de tráfego da Península, Lisboa, Porto e Valladolid, utilizando os primeiros troços das linhas do Norte e do Douro.

Estas linhas de alta velocidade, uma vez aceites por aqueles organismos internacionais, seriam financiadas em condições favoráveis pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI) e proporcionariam a criação de condições para o desenvolvimento de várias regiões do interior.

Ainda no plano das ligações internacionais apelo ao Governo que pugne para que a ponte a construir sobre o Guadiana seja rodo-ferroviária, solução que se me afigura melhor servir o Algarve e o País.

É imperiosa a modernização de algumas das nossas linhas, electrificando-as e ou dotando-as de apropriados sistemas de segurança.

A electrificação da Linha da Beira Alta traria à CP uma economia superior a meio milhão de contos por ano e pouparia ao País a importação em combustível de cerca de 24 000 t equivalentes de petróleo. Programme-se e realize-se essa melhoria para bem das regiões que serve.

A ligação dos portos portugueses (Sines, Lisboa, Leixões, etc.) ao interior de Espanha traria enormes vantagens à nossa economia.

O Sr. Lacerda de Queiroz (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal precisa de um caminho de ferro moderno e dimensionado em função das necessidades do País, em termos sociais e económicos, no presente e no futuro.

Manifesto a esperança de que uma nova mentalidade sobre o caminho de ferro venha a vingar entre os nossos dirigentes políticos.

Dada a sua missão, os caminhos de ferro aparecem quase sempre organizados sobre a forma de empresas estatais qualquer que seja o regime político.

Em Portugal, a imagem do sector empresarial público tem-se repercutido igualmente em todas as empresas. A CP é uma empresa pública por excelência e tem de ser viabilizada.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (MDP/CDE): — Sr. Deputado Arménio Matias, V. Ex.^a afirmou que o exemplo das empresas públicas tem-se repercutido, e no sentido de uma repercussão negativa, a propósito dos caminhos de ferro da CP.

Queria perguntar ao Sr. Deputado se é ou não verdade que a CP, mesmo antes do 25 de Abril, era já uma empresa fortemente deficitária e se, portanto, a existência desse défice não é uma situação muito anterior ao 25 de Abril.

Assim, como é que o Sr. Deputado pode afirmar que na CP se verificaria um dos exemplos das empresas públicas, que, segundo parece, seria um exemplo negativo?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Arménio Matias.

O Sr. Arménio Matias (PSD): — Sr. Deputado Raul Castro, é verdade que a CP, antes do 25 de Abril, era já uma empresa deficitária. Essa é a situação normal das empresas ferroviárias em todo o mundo.

As empresas ferroviárias têm uma missão social. Realizam um serviço público e, portanto, não estão limitadas à concepção pura do mercado.

O que pretendi dizer com a minha intervenção foi que as empresas públicas são objecto, a nível da classe política e da população, de um determinado juízo, em função da eficácia ou não do seu funcionamento. Portanto, a CP, como outras empresas, que tem uma função eminentemente social e que têm de ser necessariamente públicas, são objecto do juízo negativo que abrange a generalidade das empresas públicas, algumas das quais, como é evidente, não tinham nada de ser empresas públicas.

Julgo, assim, que a CP e as empresas que têm uma missão social e são de natureza pública têm de ser apoiadas pelo Estado, pelo Governo, independentemente da perspectiva que cada governo, cada partido, tenha sobre o sector público empresarial.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Vara.

O Sr. Armando Vara (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É do conhecimento geral o elevado número de candidatos ao ensino superior, no nosso país. Todos os anos, porém, uma grande parte desses jovens não consegue atingir essa legítima aspiração.

A população jovem das regiões do interior é prejudicada relativamente aos jovens estudantes do litoral e dos grandes centros urbanos. Recordemos que um número muito elevado dos alunos que utilizam os transportes escolares não conseguem, ano após ano, obter sucesso escolar. E uma parte significativa dos estudantes do Nordeste transmontano é obrigada a recorrer aos transportes escolares, com todas as agravantes decorrentes das condições climáticas específicas do distrito de Bragança.

Nestes termos, a grande maioria dos jovens estudantes do distrito de Bragança vê-se confrontada com o pesadelo de, por um lado, não ter saída em termos de emprego e em termos de estudos superiores e, por outro, não poder fixar-se profissionalmente na própria terra, essencialmente agrícola, dado o excesso de população no sector da agricultura e a quase inexistência de outras alternativas.

A Escola de Enfermagem e a Escola do Magistério Primário de Bragança surgem assim como as únicas alternativas possíveis para uma camada da população estudantil muito significativa. Incompreensivelmente, porém, no corrente ano lectivo, também as portas da Escola do Magistério Primário de Bragança quase se fecharam para cerca de meio milhar de jovens que acorreu a inscrever-se nos exames de admissão.

Efectivamente, o *numerus clausus* definido para a Escola do Magistério Primário de Bragança, para o presente ano lectivo, não foi além de 25 admissões para o Curso do Magistério Primário e outras 25 para o Curso de Educadoras de Infância.

Recentemente, porém, esse número foi alargado pela Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário de mais 25 para o primeiro curso e outros 25 para o segundo curso.

Todavia, o *numerus clausus* definido para as escolas do magistério primário de outras zonas do País, favorecidas já com faculdades e institutos superiores, foi superior ao de Bragança. Recordemos, a título de exemplo, que à Escola do Magistério Primário de Coimbra foi atribuído, logo de início, um *numerus clausus* de 100 admissões; a cada uma das Escolas do Magistério Primário, ou seja, de Vila Real e de Chaves, foi atribuído um *numerus clausus* superior ao de Bragança, havendo já o IUTAD, em Vila Real.

Considerando que os concursos dos professores do ensino primário se realizam, não a nível local, mas a nível nacional, não se compreende esta discriminação relativamente à Escola do Magistério Primário de Bragança, nem se pode justificar através do excesso de professores relativamente às necessidades reais do País.

Por que não é facultada a todos os alunos aprovados nos exames de admissão à Escola do Magistério Primário de Bragança a entrada no referido curso, dado que corresponderia, *grosso modo*, ao mesmo número de admissões de outras escolas?

Quais foram os critérios que presidiram à definição do *numerus clausus* para cada uma das escolas do magistério primário, bem como em relação às outras escolas do País?

No sentido de obter resposta a estas questões que preocupam uma parte significativa da população do Nordeste farei chegar ao Sr. Presidente o respectivo requerimento.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Feu.

O Sr. António Feu (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação actual da ria de Alvor, tradicional e histórica povoação de pescadores no concelho de Portimão, causa as maiores preocupações aos seus habitantes e à população do Barlavento algarvio. Atendendo à importância que aquela zona desempenha na economia da região.

Com efeito, a ria de Alvor tem vindo a revelar uma progressiva tendência para a degradação, o que pode provocar, a muito curto prazo, o aniquilamento de uma zona, cujas potencialidades são bem conhecidas e da qual dependem, directamente, mais de 6000 habitantes.

Na verdade, é elevadíssimo o grau de assoreamento da ria, fundamentalmente de origem litoral, existindo a ameaça da sua degradação definitiva se a evolução registada prosseguir.

Aquele assoreamento progressivo dificulta a actividade piscatória ao importante núcleo de pescadores de Alvor, contribui para o aumento da poluição na ria, podendo concorrer, a curto prazo, para a sua neutralização, na medida em que impossibilita o acesso e livre navegação das embarcações e impede o normal desenvolvimento das espécies marítimas.

A referida situação de assoreamento vem impossibilitando, de facto, a natural renovação das águas da ria, agravando a percentagem de pesticidas e afluentes poluidores que para ela escorrem, prejudicando as suas condições ambientais e a sobrevivência das espécies piscícolas, que ali encontravam excelentes condições para o seu crescimento.

Convém referir que foi criada, em 1984, e no âmbito do Ministério do Mar, uma comissão para «Reanálise do Plano Geral Director do Aproveitamento e

Valorização da Ria de Alvor», que procedeu a estudos diversos sobre a situação do local e propôs um conjunto de soluções a desenvolver por fases, recomendando, no entanto, a execução prioritária das obras seguintes:

- 1 — Construção de molhes exteriores para a fixação da embocadura da ria;
- 2 — Dragagem da bacia lagunar no percurso «Embocadura-Alvor»;
- 3 — Lançamento das areias dragadas nas praias a nascente e a poente dos molhes para fortalecimento do cordão dunar;
- 4 — Construção de infra-estruturas de apoio ao Núcleo Piscatório de Alvor, nomeadamente a estacada da lota.

A estimativa orçamental para estes trabalhos prioritários da primeira fase deve atingir os 500 000 contos, mas a sua realização representa, no momento presente, a solução prática para os graves problemas que afectam os pescadores de Alvor.

O relatório final da Comissão que efectuou a «Reanálise do Plano Geral Director de Aproveitamento e Valorização da Ria de Alvor», constituída por técnicos especialistas dos sectores dos portos, das pescas, do ambiente, da hidráulica e obras públicas e do turismo, foi apresentado às instâncias superiores do Mar em Março do ano corrente.

A mesma Comissão emitiu algumas recomendações especiais, das quais nos permitimos realçar, pela sua importância, a necessidade de se efectuarem, durante as obras da primeira fase e após a sua realização, observações e recolha de dados sobre as repercussões das obras e evolução da ria, nos seus aspectos fisiográficos e ecológicos, de modo a fundamentar as posteriores fases de intervenção e o tipo e amplitude da protecção do ambiente a estabelecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A recente extinção do Ministério do Mar, as carências orçamentais, a tradicional tendência para colocar os estudos a «hibernar» nas gavetas e a gravíssima situação da ria de Alvor e dos seus habitantes levou-nos a lançar o alerta nesta Assembleia, chamando a atenção do Governo para a urgência de se iniciarem as obras prioritárias que foram, oportunamente, propostas.

Desnecessário será realçar o significado que a ria de Alvor representa para a actividade piscatória da população local e a sua importância física e económica no desenvolvimento do Barlavento algarvio.

A povoação de Alvor, com grandes tradições históricas na navegação marítima e na pesca, tem, nesta última actividade, a grande motivação e base do seu próprio desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os pescadores de Alvor bem merecem e justificam que as obras da ria se iniciem com a maior urgência, para que não assistam, sem nada poder fazer, à morte definitiva do que tem sido o grande meio para o desenvolvimento da sua actividade e para a garantia da própria sobrevivência.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, concederei a palavra à Sr.^a Deputada Margarida Tengarinha, a quem o MDP/CDE concedeu tempo.

A Sr.^a **Margarida Tengarrinha** (PCP): — Sr. Deputado António Feu, depois de ouvirmos a sua intervenção verificamos que V. Ex.^a conhece os problemas e os definiu de uma forma que, no essencial, considero correcta. Portanto, apoio o que referiu.

Porém, parece-me que, ou por falta de tempo ou talvez por não ter inquirido suficientemente, há outra questão relativa à poluição que é tanto ou mais grave do que o assoreamento da ria e que é a de a estação elevatória dos esgotos de Montes de Alvor não funcionar. Contrariando as promessas que vai fazendo nos períodos eleitorais, a Câmara Municipal de Portimão ainda não os pôs a funcionar, tal como o Sr. Deputado deve saber. Ora, este problema, juntamente com as poluições dos insecticidas dos campos de golfe do hotel da Penina, é gravemente poluidor, não só em relação à ria mas ao «rio de Alvor», tal como é chamado pelas populações locais.

Portanto, apesar de estar de acordo com tudo o que o Sr. Deputado referiu, creio que — apoiando — também nos devemos levantar contra os outros aspectos altamente poluidores da ria, que se vão conjugar com os que V. Ex.^a acabou de citar.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Feu.

O Sr. **António Feu** (PRD): — Sr.^a Deputada Margarida Tengarrinha, é evidente que a falta de funcionamento da estação elevatória de esgotos de Montes de Alvor é uma situação incompreensível, até porque os esgotos vão desaguar na própria ria, o que levanta sérios problemas. Mas o que me parece mais importante é que, neste momento, a poluição que existe na ria de Alvor é essencialmente provocada pelo facto de as águas não correrem suficientemente. Isso é provocado pelo grande assoreamento e praticamente pela circunstância de a entrada, a embocadura da ria, estar tapada pelo assoreamento, o que vai aumentar a taxa de poluição.

Não desconhecendo essa situação da central elevatória e dos pesticidas que vão para a ria de Alvor, parece-me essencial a abertura do canal, porque isso vai reduzir bastante a taxa de poluição, e isso é que é importante. Neste momento, a taxa de poluição da ria de Alvor é excessiva e isso só se consegue resolver definitivamente com a abertura da ria e o seu desassoreamento.

O Sr. **Presidente**: — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Esteves.

O Sr. **António Esteves** (PS): — Sr. Deputado António Feu, uma vez que o primeiro pedido de esclarecimento que gostaria de formular já obteve resposta, vou formular um outro muito simples: no seguimento daquilo que a Sr.^a Deputada Margarida Tengarrinha referiu, o Sr. Deputado confirmou as suas preocupações e apreensões relativamente à falta de funcionamento da estação de tratamento de esgotos de Montes de Alvor. Mas certamente que o Sr. Deputado sabe que o não funcionamento dessa estação de tratamento de esgotos se deve exclusivamente a um problema técnico. É ou não verdade que se ela não funciona não é porque haja qualquer entidade que não a queira pôr a funcionar,

mas, sim, porque os caudais de afluentes de Montes de Alvor não têm capacidade para fazer funcionar essa central de tratamento?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Feu.

O Sr. **António Feu** (PRD): — Sr. Deputado António Esteves, poderei considerar essa uma das razões, mas há mais. Uma delas também poderá ser a existência de um dique que condiciona a movimentação das águas e também a retenção de toda a poluição e dos esgotos que vêm de Montes de Alvor sem que até à data se saiba qual foi a razão fundamental que justificou a construção daquele dique, pois ainda não houve explicações para a existência do referido dique.

De qualquer modo, o Sr. Deputado tem razão quando diz que existe um problema técnico. Porém, esse problema não é único e estamos convencidos de que haveria outras soluções que não a drenagem pura e simples dos esgotos de Montes de Alvor para a ria. Julgamos que seria possível evitar a drenagem desses esgotos e, portanto, a resolução do problema técnico não nos parece insolúvel.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vai ser lido um voto de comemoração pelo Dia Nacional do Deficiente, subscrito por deputados de todos os grupos parlamentares e pela Sr.^a Deputada Independente Maria Santos.

Foi lido. É o seguinte:

Comemorou-se no dia 9 de Dezembro de 1985 o Dia Nacional do Deficiente, momento relevante para uma reflexão sobre a grave situação em que se encontram cerca de 1 milhão de deficientes portugueses e para a necessidade de medidas que dêem resposta a carências gritantes destes cidadãos em relação aos quais o Estado tem constitucionalmente obrigações específicas.

É a essas obrigações que importa dar cumprimento de forma coordenada e com a participação dos interessados, adoptando medidas nos domínios da saúde, da educação, da habitação, da segurança social, dos transportes, do trabalho e em geral da integração social.

Nestes termos, a Assembleia da República, associando-se às comemorações do Dia Nacional do Deficiente, pronuncia-se pela urgente implementação de uma política nacional de prevenção, tratamento, reabilitação e integração social que garanta o cumprimento do disposto no artigo 71.º da Constituição da República.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em discussão.

Pausa.

Visto ninguém pretender usar da palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. **Vidigal Amaro** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP con-

gratula-se pelo consenso obtido no sentido de permitir apresentar-se hoje este voto e pela sua aprovação por unanimidade.

Importa, pois, passar agora das palavras aos actos. Para isso é necessário vontade política que permita discutir e aprovar nesta Assembleia da República legislação que dê cumprimento às reivindicações das associações de deficientes e que garanta o cumprimento integral do artigo 71.º da Constituição da República.

A prevenção da doença, o seu tratamento e a reabilitação são mais umas lacunas da nossa sociedade, e cerca de 1 milhão de deficientes deste país encontram-se marginalizados.

Vamos, pois, pôr cobro a tal situação. Esse é o desejo do PCP. Desde já anunciamos a apresentação na Mesa da Assembleia da República de dois diplomas sobre os deficientes: um que garante o direito dos deficientes aos transportes e outro à habitação.

«Não queremos 1 ano, queremos uma vida!» Estas foram as palavras dos deficientes no seu ano internacional.

Srs. Deputados, demos razão a estas reivindicações para que no futuro os deficientes não se encontrem marginalizados como até agora.

Aplausos do PCP, do PRD, do MDP/CDE e da deputada independente Maria Santos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jardim Ramos.

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Segundo estimativas, 10% da população portuguesa é deficiente, o que constitui na nossa sociedade um grupo muito importante.

Não podem os deficientes continuar a ser olhados como diminuídos, mas como cidadãos a quem toda a sociedade deve solidariedade, criando condições para a total realização pessoal, para que possam atingir plenamente a inserção social.

O PSD está consciente da situação dos deficientes portugueses. Por isso subscreveu e votou favoravelmente o voto apresentado e a todos os deficientes e a cada um em particular exprime a sua solidariedade.

O Governo empenhar-se-á activamente na consagração das medidas necessárias à solução dos problemas dos deficientes.

Daqui saudamos também as iniciativas do Secretariado Nacional de Reabilitação, de que se destaca o levantamento oficial e o convénio celebrado com o ISEF, que permitirá um ramo de licenciatura em educação especial e reabilitação.

Oxalá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a vontade expressa nesta Câmara se torne realidade.

Aplausos do PSD, do PRD, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ainda que no nosso país não existisse um tão elevado número de deficientes — e na realidade este número é muito elevado porque atinge cerca de 1 milhão —, sempre se imporia cumprir aquilo que a Constituição estabelece no que respeita aos deficientes.

É sabido que até agora apenas algumas tímidas medidas foram adoptadas no sentido de se cumprir aquilo que a Constituição estabelece.

Para além de uma política nacional de prevenção, de tratamento e integração dos deficientes, tal como estabelece o n.º 2 do artigo 71.º da Constituição, importa desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres, respeito e solidariedade para com os deficientes e que o Estado assuma o encargo da efectiva realização dos seus direitos.

Foi por assim ser que o MDP/CDE votou a favor deste voto e assinala o facto de ele ter sido aprovado por unanimidade por esta Câmara.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também nós nos congratulamos pela votação unânime pela Assembleia da República em relação a este voto, mas gostaríamos que o voto ultrapassasse o campo das palavras e pudesse ter significado em actos.

Pensamos que uma democracia só o é plenamente quando assume as suas responsabilidades perante quem numa sociedade está numa situação desprotegida; quando é capaz de tratar — e de tratar integrando nessa mesma sociedade e comunidade — a questão dos cidadãos que, por razões diversas, não estão nas mesmas condições da maior parte dos seus concidadãos. Isso é o significado pleno de uma democracia onde, ao contrário das situações em que os mais fracos ou os menos capazes são marginalizados ou eliminados, se tenta a sua integração e assunção plena.

Por isso mesmo, a Constituição da República consagrou dispositivos — designadamente o artigo 71.º — a uma política nacional de recuperação e de integração dos deficientes na sociedade portuguesa.

Ao formular este voto, pensamos que a Assembleia da República o faz como uma exigência acrescida para que este princípio constitucional, que todos assumimos e votámos, seja uma exigência quotidiana e que a tenhamos presente, por exemplo, já na próxima votação do Orçamento do Estado para 1986.

Aplausos do PRD, do PSD e do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Horácio Marçal.

O Sr. Horácio Marçal (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS votou favoravelmente este voto de comemoração porque entende que os deficientes não devem ser homens e mulheres de segunda, mas, sim, de primeira. Embora física e intelectualmente diminuídos, devem ser cidadãos com direitos especiais atendendo à sua incapacidade.

Assim, o CDS é de opinião que esta Assembleia da República deve elaborar uma lei onde seja contemplado o deficiente e onde não se deve ignorar a sua promoção de plena integração social; elevação de nível de conhecimento das famílias a respeito da educação adequada às particularidades dos jovens deficientes, concessão de ajudas fiscais especiais às famílias que tiverem a cargo jovens deficientes; escolarização total e gratuita para todos os jovens deficientes; dotação do

País com uma rede de centros especializados que alarga a formação escolar e possibilita o máximo desenvolvimento biopsíquico-social dos jovens deficientes; fomento e apoio de vocações, profissionalizando os jovens deficientes; criação de vias de acesso à formação profissional dos deficientes; actualização, regularização, enquadramento e rentabilização dos centros de reabilitação; apoio à prática desportiva do deficiente e a criação de um centro de coordenação nacional de desporto para deficientes e incremento de formação de agentes técnicos desportivos especializados.

Estes são os nossos votos e era bom que a Assembleia da República se debruçasse sobre estes problemas para que o deficiente fosse integrado na sociedade portuguesa.

Aplausos do CDS e do deputado Carlos Coelho (PSD).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas duas reflexões.

A primeira consiste no pôr em causa a forma como as estatísticas são utilizadas e como muitas vezes gostamos de acentuar a dimensão das nossas desgraças colectivas. 1 milhão de deficientes é uma cifra tremenda, demolidora, que nos assusta. 1 milhão de alcoólicos é outra cifra que também é utilizada de quando em quando, assim como 1 milhão de doentes cardíacos. Até temos uma certa tendência para mitificar as estatísticas. Ora, ao acentuar demasiado a dimensão dos nossos problemas acabamos por nos afastar deles.

Não há nenhuma estatística rigorosa que nos permita dizer que em Portugal há 1 milhão de deficientes. É uma avaliação feita muito por alto, baseada em fontes estrangeiras. Está a ser feito um inventário das deficiências em Portugal e até há intenção de lançar um programa nesse domínio.

Há, pois, diversos tipos de deficiência, desde a deficiência ligeira, que permite uma vida perfeitamente normal, até ao deficiente profundo. Essas deficiências profundas, quer sejam físicas, quer intelectuais, são as que mais nos devem preocupar. E só se formos rigorosos no equacionamento destes problemas é que poderemos ser rigorosos no seu enquadramento e tratamento. Esta é uma primeira reflexão, ou seja, alguma reserva à forma dramatizante e algo retórica com que estes problemas são tratados.

A segunda reflexão diz respeito à outra face do problema, que se refere à ausência de estruturas em Portugal para apoio às deficiências reais, quer elas sejam de natureza intelectual, quer de natureza física. Basta pensarmos, por exemplo, nas nossas escolas, onde muitos estudantes, com dificuldades escolares, não têm o acompanhamento psicopedagógico adequado para vencer alguma diminuição intelectual de que eventualmente sofram.

Basta pensarmos também na dificuldade de encontrar em Portugal infra-estruturas de apoio aos deficientes físicos que precisam de políticas e de tratamentos de reabilitação condignos.

Se estas duas reflexões são válidas, se a Assembleia da República ao votar como votou este voto quiser acompanhar-me nestas reflexões, muito temos de fa-

zer em Portugal, quer no Parlamento, quer ao nível do Governo, para sermos verdadeiramente autênticos no ataque a este grande problema da sociedade portuguesa.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e do MDP/CDE.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o período da ordem do dia vai iniciar-se com a leitura de dois relatórios e pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos e respectiva votação.

O Sr. Secretário (Maia Nunes de Almeida):

Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos

Em reunião realizada no dia 6 de Dezembro de 1985, pelas 10 horas e 30 minutos, foi observada a seguinte substituição de deputado solicitada pelo Partido Socialista:

António Carrilho Simas Santos (círculo eleitoral dos Açores) por Ricardo Manuel Rodrigues de Barros. Esta substituição é efectuada por motivo do pedido de renúncia ao mandato de deputado, nos termos do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, a partir do próximo dia 9 de Dezembro corrente, inclusive.

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O relatório e parecer foi aprovado pela unanimidade dos membros presentes à reunião da Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão o relatório e parecer agora lido.

Pausa.

Não se registando qualquer inscrição, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — De imediato, proceder-se-á à leitura de outro relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (Maia Nunes de Almeida):

**Relatório e parecer da Comissão
de Regimento e Mandatos**

Em reunião realizada no dia 10 de Dezembro de 1985, pelas 15 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

Arménio dos Santos (círculo eleitoral de Lisboa) por João Domingos Fernandes de Abreu Salgado. Esta substituição é pedida para os dias 9 de Dezembro corrente a 9 de Janeiro próximo, inclusive.

Solicitada pelo Partido Socialista:

José Narciso Rodrigues de Miranda (círculo eleitoral do Porto) por José Manuel Lello Ribeiro de Almeida. Esta substituição é pedida por um período não inferior a 15 dias, a partir do dia 7 de Dezembro corrente, inclusive.

Solicitadas pelo Partido do Centro Democrático Social:

António Vasco de Mello Silva César e Menezes (círculo eleitoral de Aveiro) por Ruy Manuel Correia de Seabra. Esta substituição é pedida por um período não inferior a 15 dias, a partir do dia 5 de Dezembro corrente, inclusive.

Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia (círculo eleitoral do Porto) por José Henrique Ribeiro Meireles Barros. Esta substituição é pedida por um período não inferior a 15 dias, a partir do dia 10 de Dezembro corrente, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende preferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

Este relatório e parecer foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão o parecer e relatório lido.

Pausa.

Srs. Deputados, não há inscrições, pelo que o referido relatório e parecer vai ser submetido, de imediato, à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora entrar no ponto 2.1 do período da ordem do dia, do qual constam as eleições de Srs. Deputados para o Conselho de Estado, Comissão Nacional de Eleições e Conselho Superior da Magistratura.

Uma vez que a votação vai ser feita pelo processo de chamada nominal, agradeço aos Serviços da Assembleia o favor de avisarem os Srs. Deputados que porventura estejam em reuniões de comissões ou nos respectivos grupos parlamentares de que iremos proceder a essa chamada.

Para interpellar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, anunciou V. Ex.^a que iria fazer chamada nominal.

Confesso não me recordar do combinado em conferência de líderes, nem tenho aqui o respectivo apontamento. Contudo, parece-me mais proveitoso que as urnas possam permanecer abertas até às 18 horas, ou mesmo até às 18 horas e 30 minutos, visto que as votações são normalmente marcadas para as 18 horas. Assim sendo, às 18 horas e 30 minutos o Plenário seria novamente convocado para efeitos de proclamação dos resultados.

Esta é uma sugestão que aqui deixo, não sabendo se vai contra o deliberado em conferência de líderes.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tal sugestão não vai contra o deliberado em conferência de líderes porque se não deliberou sobre essa matéria.

Entretanto, tinha a Mesa pensado que seria melhor proceder-se à chamada dos Srs. Deputados e de imediato à respectiva votação, para que depois os Srs. Deputados tivessem um mais largo período de descanso. Assim sendo, não faríamos o intervalo dos nossos trabalhos a não ser depois de realizada a votação.

Pareceu à Mesa que esta seria a melhor solução. Contudo, se for possível o consenso de que se faça desde já o intervalo e se proceda à votação, depois, às 18 horas, a Mesa não verá inconveniente, embora nos parecesse ser este o processo mais expedito para libertar os Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, a minha sugestão não era bem essa, mas, sim, a de que a Mesa poderia até fazer a chamada nominal, mantendo-se as urnas em aberto até às 18 horas e 15 minutos para os Srs. Deputados que eventualmente não respondessem à chamada.

O Sr. Presidente: — Vamos, então, ouvir os representantes dos restantes grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, pela nossa parte corroboramos a sugestão do Sr. Deputado António Capucho, com uma razão acrescida que é a de que tínhamos prevista para este período uma reunião da direcção do meu grupo parlamentar, pelo que

nos seria preferível o sistema de «urna aberta», que nos permitiria votar imediatamente e depois proceder à referida reunião.

Em resumo, estamos de acordo com a sugestão do Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. **Presidente**: — Segundo penso, a sugestão do Sr. Deputado António Capucho é a de que se faça a chamada nominal, mantendo-se as urnas abertas até às 18 horas e 15 minutos. Será essa a sugestão que V. Ex.^a, Sr. Deputado Gomes de Pinho, aceita?

O Sr. **Gomes de Pinho (CDS)**: — Sr. Presidente, pela nossa parte prescindimos da chamada.

Contudo, se V. Ex.^a entender que a mesma deve ser feita, nada temos a opor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. **António Vitorino (PS)**: — Sr. Presidente, a minha interpelação é no sentido de dar um contributo a este assunto.

A nossa opinião é, também, a de que prescindamos da chamada, se proceda à abertura das urnas às 17 horas e se encerrem as mesmas às 18 horas e 30 minutos, permitindo que nesse período de 1 hora e 30 minutos os Srs. Deputados possam ir directamente à mesa de escrutínio proceder à entrega do seu voto.

A chamada é um facto moroso e impossibilita-nos também de realizar uma reunião de direcção do nosso Grupo Parlamentar que, tal como o Grupo Parlamentar do CDS, temos interesse em fazer no decurso desta votação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Vitorino, penso que pela chamada ficaria o processo facilitado para os Srs. Deputados escrutinadores. A grande dificuldade é a de que são necessários três cadernos eleitorais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. **Carlos Brito (PCP)**: — Sr. Presidente, desejo dar também uma contribuição no sentido de ultrapassarmos a dificuldade surgida.

Pela nossa parte, pensamos que seria adequado, dada a importância das eleições que se vão realizar, haver chamada.

Não somos contrários a que, depois, as urnas fiquem abertas durante um curto período. Parece-nos excessivo o prazo das 18 horas e 15 minutos, proposto pelo Sr. Deputado António Capucho, mais ainda o das 18 horas e 30 minutos, proposto pelo Sr. Deputado António Vitorino. Contudo, pela nossa parte, não levantamos qualquer dificuldade a que as urnas se mantenham abertas até às 18 horas, o que pensamos ser já um período suficientemente largo, tanto mais com a realização da chamada que torna uma votação mais operativa.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, em função das sugestões feitas, a Mesa entendeu que o melhor processo para dar satisfação a este processo eleitoral seria o de se fazer chamada, mantendo-se as urnas abertas até às 18 horas e 15 minutos. Esta foi, aliás, a pro-

posta feita pelo Sr. Deputado António Capucho, que, em certa medida, mereceu aceitação do Sr. Deputado Gomes de Pinho.

Entretanto, para adiantar o processo, convido os Srs. Deputados Daniel Bastos, Aloísio Fonseca, Sousa Pereira e Jorge Patrício, na qualidade de Vice-Secretários, para servirem de escrutinadores.

Como seus auxiliares, visto serem necessários dois elementos para cada urna, convido e peço o favor aos Srs. Deputados Roleira Marinho, Rui Vieira, Jaime Coutinho e Belchior Pereira, a auxiliarem os Srs. Vice-Secretários no escrutínio.

Aos Srs. Deputados escrutinadores peço o favor de separarem mais as urnas por forma a que, ocupando os seus lugares, se possam identificar em relação a cada uma delas. Em cada urna deverão estar Srs. Deputados de cada um dos partidos.

Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada e, como é regimental, a Mesa votará em primeiro lugar.

Procedeu-se à chamada.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos à hora de encerramento das urnas, pelo que vamos interromper a sessão até às 19 horas.

Durante o intervalo os Srs. Escrutinadores procederão ao escrutínio das votações a que acabámos de proceder.

Eram 18 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 19 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados, vou ler o resultado da eleição para o Conselho de Estado constante da acta que me foi presente, subscrita pelos respectivos escrutinadores, que é do seguinte teor:

Eleição para o Conselho de Estado

Na reunião plenária da Assembleia da República de 10 de Dezembro de 1985 realizou-se a votação para a eleição para o Conselho de Estado, em cumprimento do artigo 145.º da Constituição [alínea h)], tendo entrado nas urnas 225 votos, assim distribuídos:

Lista A — votos sim — 44;
Lista B — votos sim — 39;
Lista C — votos sim — 69;
Lista D — votos sim — 40;
Lista E — votos sim — 28;

e ainda 2 votos brancos e 3 votos nulos.

Verifica-se assim a seguinte distribuição de mandatos.

Lista A — 1 mandato;
Lista B — 1 mandato;
Lista C — 2 mandatos;
Lista D — 1 mandato;
Lista E — nenhum mandato.

Tomando em consideração as listas respectivas, verificamos que pela lista A foi eleito Mário Alberto Nobre Lopes Soares, pela lista B foi eleito Álvaro Barrei-

rinhas Cunhal, pela lista C foi eleito Aníbal António Cavaco Silva e Amândio Anes de Azevedo e pela lista D foi eleito Hermínio Paiva Fernandes Martinho; a lista E não obteve nenhum mandato.

Srs. Deputados, vou agora proceder à leitura da acta que me foi presente, relativa à eleição para a Comissão Nacional de Eleições, que é do seguinte teor:

Aos 10 dias do mês de Dezembro de 1985, procedeu-se à eleição para a Comissão Nacional de Eleições [alínea b) do artigo 2.º da Lei n.º 71/78, de 27 de Dezembro], tendo-se apurado os seguintes resultados:

PSD — João Azevedo de Oliveira: votos a favor, 145; votos contra, 24; abstenções, 45, e votos brancos, 11;

PS — Olindo Casimiro de Figueiredo: votos a favor, 159; votos contra, 15; abstenções, 40, e votos brancos, 11;

PRD — Joaquim Pereira da Costa: votos a favor, 158; votos contra, 29; abstenções, 28; e votos brancos, 10;

PCP — Luís Manuel da Silva Viana de Sá: votos a favor, 135; votos contra, 35; abstenções, 40, e votos brancos, 15;

CDS — João Baptista Nunes Pereira Neto: votos a favor, 147; votos contra, 22; abstenções, 44, e votos brancos, 12.

Srs. Deputados, em função destes resultados, proclamo eleitos todos os candidatos que acabei de referir.

Srs. Deputados, seguidamente vou ler a acta de apuramento de resultados da eleição para o Conselho Superior da Magistratura.

Aos 10 dias do mês de Dezembro de 1985, reuniu o Plenário da Assembleia da República para proceder à eleição dos candidatos ao Conselho Superior da Magistratura, tendo entrado na Mesa 225 votos e verificando-se os seguintes resultados:

Armando Figueira Torres Paulo obteve 144 votos sim, 20 não, 46 abstenções e 15 brancos;

Eudoro Martins Pampelona Moniz de Sá Corte-Real obteve 144 votos sim, 23 não, 42 abstenções e 11 brancos;

Fernão Fernandes Tomás obteve 142 votos sim, 21 não, 49 abstenções e 13 brancos; Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar obteve 147 votos sim, 21 não, 45 abstenções e 12 brancos;

Manuel da Costa e Melo obteve 142 votos sim, 20 não, 50 abstenções e 13 brancos; António Arruda Ferrer Correia obteve 157 votos sim, 36 não, 18 abstenções, 12 brancos e 2 nulos;

Lino Carvalho Lima obteve 131 votos sim, 41 não, 35 abstenções e 18 brancos.

Srs. Deputados, em presença destes resultados, declaro eleitos os candidatos que acabei de referir.

A próxima reunião tem lugar amanhã, dia 11, com início às 10 horas.

O período da ordem do dia terá o seguinte conteúdo: votação final global do projecto de lei n.º 47/IV, do

PSD, do PS e do CDS — Estatuto dos deputados ao Parlamento Europeu; votação final global do projecto de resolução n.º 4/IV, do PSD, do PS e do CDS — Regime de eleição dos deputados ao Parlamento Europeu; projecto de resolução n.º 6-A/IV, do PSD — Constituição de uma nova comissão de inquérito sobre a tragédia de Camarate —, e apreciação do pedido de ratificação n.º 4/IV, do PCP, sobre o Decreto-Lei n.º 125/82, de 22 de Abril, que cria o Conselho Nacional de Educação e das Universidades.

Como V. Ex.^{as} sabem, nos dias 12 e 13 de Dezembro não haverá reunião plenária.

Srs. Deputados, por nada mais haver a tratar, declaro encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 45 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Manuel Lopes Tavares.
João José Pedreira de Matos.
José Mendes Melo Alves.
Miguel C. Miranda Relvas.
Rui Alberto Barradas do Amaral.
Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.

Partido Socialista (PS):

José Manuel Lello R. Almeida.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António José Baptista Cardoso Cunha.
Carlos Alberto Pinto.
Rui Alberto Salvada.
Rui Manuel Parente Chancerelle Machete.

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
António Antero Coimbra Martins.
Fernando Manuel dos Santos Gomes.
Jaime José Matos Gama.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
Joaquim Jorge de Pinho Campinos.
Jorge Alberto dos Santos Correia.
José Barbosa Mota.
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Aldónio Simões Gomes.
José Maria Vieira Dias de Carvalho.
Maria da Glória M. C. Padrão e C. Carvalho.
Vasco da Gama Fernandes.

PREÇO DESTE NUMERO 54\$00

Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P



PORTE
PAGO